

Prestação de contas 2017 + ações e propostas para 2018

19ª Diretoria do Adufg Sinidicato faz balanço de ações executadas este ano e apresenta projetos para o futuro

Páginas 10 e 11

FOTOS: Fábio Alves



Trajetória

Da escola improvisada na varanda de casa à gestão do IPTSP: a história da professora Adelair Helena

Página 16

Entrevista

Professores Flávio Alves e Eduardo Rolim explicam as reformas e as medidas do governo que atacam os direitos dos trabalhadores

Página 13

Atendimento jurídico

4 ações coletivas foram protocoladas. Para 2018, outras 4 já foram aprovadas em assembleia

Página 7

EDITORIAL

Recordar para ganhar forças

O ano de 2017 chegou ao fim com muitas incertezas políticas e ameaças à democracia do país. As reformas propostas pelo atual governo, se aprovadas, devem atingir a toda a sociedade. Especificamente nas carreiras docente e demais servidores públicos, tais medidas serão avassaladoras.

A luta sindical permanece como pilar na defesa dos direitos. Em 2018 o Adufg Sindicato vai continuar persistindo nas estratégias, aliado a outras entidades. É fato que os docentes precisam se mobilizar mais pela categoria e pela sociedade que constroem juntos. Sem união de forças, é cada vez mais difícil avançarmos.

Apesar do momento difícil pelo qual passamos, o JP também relembra algumas conquistas que foram possíveis. Dentre essas atividades estão as ações coletivas, em defesa de professores que foram lesados pela universidade; o reconhecimento da Sede Campeste como Reserva Particular do Patrimônio Natural e a ampliação dos serviços do Espaço Saúde.

Os projetos e eventos do sindicato marcaram a integração entre docentes aposentados e na ativa. A Exposição de Arte e Artesanato e o Baile de fim de ano, que foi o pontapé para as comemorações dos 40 anos do nosso Sindicato.

Luta sindical



Relembre a atuação do Adufg na luta pela manutenção de direitos dos professores

Página 12

Adufg prestação de contas

Outubro de 2017

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	323.558,84
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	9.268,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.821,00
1.4	Receitas Financeiras	7.504,81
1.5	Outras Receitas	6.405,31
1.6	Resgate de aplicações financeiras	0,00
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	0,00
Total R\$		348.557,96

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	69.073,46
2.1.2	Encargos Sociais	36.228,06
2.1.3	Seguro de Vida	643,89
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	1.483,39
2.1.5	Ginástica Laboral	550,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	5.295,65
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	789,15
Total R\$		114.063,60

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	1.962,58
2.2.2	Despesas com Correios	3.286,77
2.2.3	Energia Elétrica	3.463,82
2.2.4	Honorários Advocatícios	7.792,40
2.2.5	Honorários Contábeis	3.500,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	7.250,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	1.456,08
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	3.913,07
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	407,32
2.2.11	Vigilância e Segurança	313,50
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	0,00
2.2.13	Serviços de Informática	1.553,95
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	0,00
2.2.15	Água e Esgoto	661,56
Total R\$		35.961,05

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	2.632,63
2.3.2	Despesas com Táxi	691,93
2.3.3	Despesas com Coral	5.647,60
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	515,00
2.3.5	Diárias de Viagens	3.704,55
2.3.6	Tarifas Bancárias	449,12
2.3.7	Lanches e Refeições	1.377,60
2.3.8	Quintart	3.459,04
2.3.9	Patrocínios e Doações	8.982,84
2.3.10	Manutenção de Veículos	399,00
2.3.11	Festa do Professor	23.448,66
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	8.753,45
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	920,57
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campeste	8.947,05
2.3.16	Hospedagens Hotéis	1.431,35
2.3.17	Material de expediente	994,55
2.3.18	Outras despesas diversas	4.284,85
2.3.19	Manutenção e Conservação	1.589,70
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	3.225,73
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.107,50
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	566,61
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	7.368,50
2.3.25	Festa do Professor Catalão	325,00
2.3.26	Despesas com Eleições	0,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	2.817,54
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	2.400,01
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	0,00
Total R\$		97.040,38

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	2.328,01
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	478,39
Total R\$		2.806,40

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifex Federação	26.976,04
Total R\$		26.976,04

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	276.847,47
3 Resultado do exercício 10.2017 (1-2)	71.710,49

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	25.017,50
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	1.029,40
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	2.370,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	3.570,00
Total R\$		31.986,90

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	908,18
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		908,18

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação CDB	0,00
Total R\$		0,00

Total Geral dos Investimentos R\$	32.895,08
5 Resultado Geral do exercício 10.2017 (3-4)	38.815,41

Novembro de 2017

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	323.735,68
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	0,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.620,88
1.4	Receitas Financeiras	6.842,19
1.5	Outras Receitas	10.013,38
1.6	Resgate de aplicações financeiras	82.151,38
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	380,49
Total R\$		423.983,02

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	55.862,30
2.1.2	Encargos Sociais	34.757,52
2.1.3	Seguro de Vida	624,44
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	1.018,53
2.1.5	Ginástica Laboral	550,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	7.866,20
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	778,31
Total R\$		101.457,30

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	1.962,58
2.2.2	Despesas com Correios	713,48
2.2.3	Energia Elétrica	4.346,84
2.2.4	Honorários Advocatícios	7.777,60
2.2.5	Honorários Contábeis	3.348,60
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	26.050,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	1.450,48
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	3.740,79
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	6.807,32
2.2.11	Vigilância e Segurança	313,50
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.500,00
2.2.13	Serviços de Informática	1.553,96
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	20.560,00
2.2.15	Água e Esgoto	607,04
Total R\$		81.132,19

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	3.325,55
2.3.2	Despesas com Táxi	810,35
2.3.3	Despesas com Coral	4.465,80
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	3.321,37
2.3.5	Diárias de Viagens	11.848,05
2.3.6	Tarifas Bancárias	400,36
2.3.7	Lanches e Refeições	1.798,22
2.3.8	Quintart	172,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	16.588,74
2.3.10	Manutenção de Veículos	3.813,33
2.3.11	Festa do Professor	4.459,05
2.3.12	Festa Final de Ano	39.208,91
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	4.178,33
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	1.128,79
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campeste	5.657,00
2.3.16	Hospedagens Hotéis	2.565,00
2.3.17	Material de expediente	4.548,63
2.3.18	Outras despesas diversas	4.207,81
2.3.19	Manutenção e Conservação	2.039,55
2.3.20	Homenagens e Condecorações	2.058,06
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	2.619,72
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	1.858,06
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	399,44
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	0,00
2.3.25	Festa do Professor Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Eleições	0,00
2.3.27	Despesas com manifestações	2.551,05
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	445,75
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	1.800,01
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	0,00
Total R\$		126.268,93

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	2.740,76
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	280,09
Total R\$		3.020,85

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifex Federação	26.971,03
Total R\$		26.971,03

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	338.850,30
3 Resultado do exercício 11.2017 (1-2)	85.132,72

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	38.241,86
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	47.000,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	521,55
4.1.6	Outras Imobilizações	1.050,00
Total R\$		86.813,41

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	400,00
Total R\$		400,00

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação CDB	86.000,00
Total R\$		86.000,00

Total Geral dos Investimentos R\$	173.213,41
5 Resultado Geral do exercício 11.2017 (3-4)	-88.080,69

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.



19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D' Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

Veridiana Maria Brianezi D. de Moura
Diretora Secretária

Daniel Christino
Diretor de Promoções Sociais,
Culturais e Científicas

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Thyago Carvalho Marques
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO VI - Nº 43
Dezembro de 2017

Prof. Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Kalyne Menezes (JP 2636)
Editora responsável

Bárbara Zaiden (JP 3228)
Edição e reportagem

Fábio Alves (JP 3403)
Reportagem

Ariel Franco, Stefanny Alves
e Charles Adryel
(Estagiários)

Diagramação: Bruno Cabral

Tiragem: 3.000 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:



www.adufg.org.br



Fabrício Motta*

Paradoxos na acumulação de cargos e teto constitucional

O tema “reforma da previdência” volta à baila, despertando atenção da mídia, da sociedade e das diversas categorias funcionais atingidas. Em um debate pouco transparente e sem paridade de informações, mais uma vez estamos envolvidos em discussões pautadas por critérios nem sempre informados pela racionalidade, logicidade e justiça. Um ponto importante – com conexão direta com a anunciada reforma – a ser discutido é a acumulação de cargos, empregos e funções públicos e sua submissão ao teto constitucional de remuneração.

A acumulação de cargos, empregos e funções públicas é uma exceção prevista pela Constituição de 1988, pois a regra é que o servidor se dedique integralmente. O objetivo é o de fidelizar o servidor às funcionalidades do seu posto de trabalho. A regra geral sobre acumulação lícita de cargos, empregos e funções está prevista no artigo 37, incisos XVI e XVII. Inicialmente, convém anotar que a vedação se aplica somente aos casos em que há recebimento de dupla remuneração (acumulação remunerada), devendo-se anotar, por outro lado, que, como regra, é vedada a prestação de trabalho gratuito na Administração Pública.

O primeiro requisito imposto pela regra constitucional é a existência de compatibilidade de horário entre os dois cargos, aferível mediante consulta ao respectivo regime jurídico e as horas de efetivo exercício da atividade em prol da Administração Pública. O segundo requisito diz respeito ao enquadramento da acumulação nas hipóteses excepcionais admitidas, a saber: a) dois cargos de professor; b) um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

O terceiro requisito relaciona-se com a obediência do teto constitucional previsto no art. 37, inciso XI da Constituição. A regra do teto não é de fácil interpretação – a simples leitura do disposto no artigo 37, inciso XI, um dos maiores períodos que se tem notícia em textos normativos, já é um desafio. No tocante à acumulação, a primeira interpretação naturalmente sugerida pelo dispositivo seria a incidência do valor correspondente ao teto remuneratório à soma das remunerações relativas aos cargos, empregos ou funções acumuláveis nos termos do artigo 37, inciso XVI. O resultado dessa operação, contudo, seria contraditório: admitir-se-ia como lícito o exercício acumulativo, mas com retribuição pecuniária menor em razão da sujeição ao teto remuneratório.

A inadequação dessa interpretação pode ser demonstrada com um exemplo: imaginem dois professores de instituições públicas de ensino sujeitos a idênticas jornada e carga horária, sendo que um deles titulariza, com compatibilidade de horário, outro cargo público. Se a soma das remunerações deste último servidor nos dois cargos superasse o teto, não faria sentido admitir que existisse retribuição diferenciada no tocante à função de magistério.

Nos casos de acumulação autorizados expressamente pela Constituição, a interpretação sistemática dos dispositivos impõe a aplicação do artigo 37, XI (teto remuneratório), tendo como base de incidência a retribuição percebida por cada um dos cargos, empregos ou funções isoladamente, e não a soma das retribuições. O Supremo Tribunal Federal, em recente julgamento com repercussão geral, sufragou esse entendimento (RE 612975/MT, rel. Ministro Marco Aurélio, julgamento em 26 e 27 de maio de 2017). Nessa discussão, a racionalidade tem prevalecido. Não há sentido em permitir o exercício concomitante de duas atribuições, existindo compatibilidade de horário, com submissão ao teto geral consubstanciado no subsídio de um cargo público.

O problema ocorre quando o servidor público, em regime de acumulação lícita, cumpre os requisitos para a aposentadoria em um dos cargos, cumpridos os requisitos de idade, tempo de contribuição e outros

eventuais. Uma pequena digressão a respeito do que alguns chamam de “privilégios” existentes no regime previdenciário próprio dos servidores titulares de cargo efetivo. Privilégios, é verdade, existiram. Há não tanto tempo atrás sequer era obrigatório que o servidor contribuísse para custear sua própria aposentadoria; não existia idade mínima, tempo mínimo de exercício no cargo, idade. Havia possibilidade de contagem de tempo fictício, aposentadorias especiais em demasia e algumas outras situações que, sem sombra de dúvida, contribuíram para as sucessivas crises nos diversos regimes próprios. Suponho que fatores gerenciais – incompetência – e sócio culturais – corrupção – tenham uma relevante parcela de culpa nessa situação.

Ocorre que essas distorções foram sendo eliminadas pelas reformas constitucionais anteriores. O caráter contributivo das aposentadorias foi estabelecido pela EC nº 3/93; a EC nº 20/98 definiu idades e tempos mínimos para permanência nos cargos antes das aposentadorias; a EC nº 41/03 ampliou os tempos mínimos, instituiu o fim da paridade, a cobrança dos inativos e a redução das pensões, dentre outras previdências. O servidor público titular de cargo efetivo ainda tem seus proventos calculados tendo como base sua remuneração percebida em atividade, mas isso não ocorre em razão de algum privilégio descabido, sobretudo por que a contribuição máxima do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social - serviço público) é muito maior que a contribuição privada para aposentadoria no regime geral (INSS).

Enfim, se houve no passado uma “era de ouro” das aposentadorias públicas, nas quais poucos privilegiados recebiam montantes absurdos à custa da sociedade, esse tempo acabou. Retornando ao tema da acumulação lícita de cargos e sujeição ao teto constitucional, reitero que a sujeição ao teto nas hipóteses de acumulação deve ser feita isoladamente, durante a atividade (é dizer, cada remuneração isolada não pode ultrapassar o teto); estranhamente, o mesmo não ocorre durante a inatividade. Nesses casos, a submissão ao teto ocorre mediante a soma dos rendimentos oriundos dos diferentes vínculos funcionais, nos termos do artigo 40, §11 da Constituição.

Qual o sentido desta regra? O que inspirou o Constituinte reformador a inseri-la no texto constitucional? Qualquer valor ou objetivo, que não esteja ligado ao valor maior justiça, certamente. Em julgado recente, o TCU (no Acórdão nº 1994/2015 - Plenário) dá pistas para a diferenciação constitucional por entender que o provento “[...] tem natureza previdenciária, ou seja, seu objetivo precípuo é assegurar o sustento do ex-servidor e de seus dependentes na velhice, na doença ou na sua falta, o que amplia a margem de atuação do legislador na definição das condições e valores de cobertura. É certo que os proventos não constituem mera liberalidade ou favor do Estado, sendo, antes, direito conquistado pelo trabalhador mediante contribuições regulares feitas ao longo de vários anos. No entanto, os regimes públicos de previdência têm, por definição, caráter solidário, o que justifica, e mesmo pressupõe, o estabelecimento de limites”.

A solidariedade, no caso, ocorre somente para com os demais. O servidor que contribui durante toda sua vida funcional para a aposentadoria em dois cargos licitamente exercidos, na inatividade terá uma redução insensata, pautada por critério consagrado com o único intuito de economizar recursos do erário e aparentar preocupação com o interesse público. Trata-se de regra que desconfigura o caráter contributivo do regime, impondo redução injusta e injustificável. A questão demonstra a irracionalidade das discussões envolvendo a reforma da previdência, repleta de lugares comuns e juízos precipitados e infundados.

*Fabrício Motta é professor adjunto de Direito Administrativo da FD/UFG



**Luiz Fernandes
Dourado***

Plano Nacional de Educação como Política de Estado : desafios e perspectivas

A história da educação brasileira é marcada por disputas de projetos com concepções distintas do papel do Estado e do planejamento, da relação entre os entes federados e, como substrato, da lógica de organização, gestão e financiamento dos sistemas, suas redes e instituições. Perpassam essas concepções distintas visões e posturas político-pedagógicas que se materializam em vários campos, sobretudo, pela interpenetração entre esfera pública e privada, onde o uso do fundo público tem sido objeto de argumentos éticos e políticos distintos, a partir da polarização histórica entre os defensores do ensino público e os defensores do ensino privado.

Neste cenário, a aprovação do Plano Nacional de Educação (2014/2014), aprovado, sem vetos, pela Lei n. 13.005/2014, tem importância política e estratégica para o delineamento das políticas de Estado na educação, a despeito dos limites e ambiguidades presentes no Plano Nacional de Educação (PNE). Os principais desafios referem-se ao processo de materialização do PNE ao qual se articulam as condições objetivas, econômicas e políticas das concepções em disputa e a necessária regulamentação de algumas de suas metas e estratégias, bem como o esforço pela ampliação dos recursos para a educação pública.

Nessa caminhada, é importante ressaltar, contudo, os enormes desafios no cenário político vigente cujo compasso e descompasso retratam a quadra complexa em que se encontra o Estado brasileiro, atropelado pelo impeachment da presidenta eleita e pela adoção de políticas de ajuste fiscal que caminham na contramão das políticas sociais, o que, no campo educacional, sinaliza para um recuo na materialização do Plano Nacional de Educação como epicentro de políticas para o setor. A conjuntura atual, especialmente o biênio 2016-2017, é marcada por medidas governamentais de alto impacto, restritivas de direitos sociais.

Os desafios à materialização do PNE são complexos, especialmente, se a luta política for pela sua materialização por meio da democratização do acesso, permanência e gestão com qualidade à educação básica e superior. Nessa direção, o eixo político e as concepções a pautar a luta política, nesse momento de (não) materialização do PNE, devem direcionar-se em prol da garantia da destinação de 10% do PIB em recursos públicos para a educação pública, da instituição do sistema nacional de educação e regulamentação do regime de colaboração, de políticas como o estabelecimento do custo aluno qualidade, política nacional de valorização para os profissionais da educação a partir da articulação entre formação inicial e continuada, carreira, salários e condições de trabalho e da instituição do sistema nacional de avaliação da educação básica, expansão e interiorização da educação básica e superior, regulamentação da gestão democrática. Enfim, movimentos em prol da garantia de uma educação pública, gratuita, de qualidade social, laica, inclusiva e democrática, bem como da regulamentação do setor privado e sua democratização.

No tocante ao financiamento da educação nacional, visando à garantia do direito e ao cumprimento das metas do PNE, deve

ser viabilizada a ampliação dos recursos vinculados à educação, bem como preservadas e ampliadas as vinculações mínimas constitucionais, garantindo a implantação do custo-aluno-qualidade inicial e custo-aluno-qualidade, parâmetros para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica e da educação superior. Aliado a esse processo, é fundamental garantir a expansão do fundo público para fazer frente aos desafios educacionais no setor público, sem nenhuma perda de direitos, por meio de reforma tributária que efetive a implementação dos impostos patrimoniais sobre grandes fortunas e movimentação financeira, redução da elisão fiscal, eliminação das renúncias tributárias e potencialização das receitas do pré-sal, revisão dos montantes utilizados para pagamento do serviço da dívida, o que vai requerer alterações nas políticas fiscais em curso visando assegurar a aplicação de recursos públicos em educação como proporção do PIB (7% em 2019 e, no mínimo, 10% em 2024), como previsto no PNE.

Visando reforçar o Plano como Política de Estado e, portanto, como epicentro das políticas educacionais é fundamental, também, na conjuntura atual, de um lado, o incremento do financiamento público em educação pela via de novas fontes de financiamento, maior aporte financeiro da União, notadamente via complementação federal ao Fundeb, e, de outro lado, a revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal no Âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, a vigorar por vinte exercícios financeiros.

A luta contra os atuais cortes nos orçamentos da educação, ciência e tecnologia deve ser articulada, ainda, à luta pela reversão dos vetos do Governo Federal à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018, visando a retomada da prioridade dos recursos para as metas do PNE e requer organização e mobilização da sociedade civil, a fim de propiciar elementos analíticos e propositivos para a superação da lógica histórico-política que contribui para forjar essa realidade excludente e seletiva, a despeito dos esforços e avanços históricos da última década.

Um dos processos dinâmicos para produzir amplo debate e pactuação em torno da centralidade do PNE, bem como mobilização social, é a realização da Conferência Nacional Popular de Educação de 2018 (Conape 2018). Bem como a garantia do efetivo cumprimento dos prazos e comandos do PNE, incluindo a institucionalização do Sistema Nacional de Educação (SNE) e a defesa da educação pública num cenário de forte privatização e de retomada de proposições diversas de quebra da gratuidade da educação pública.

**Professor titular emérito da FE/UFG, autor do livro Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira, lançado em outubro de 2017*

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Adcac condenada

ADCAC (Associação de Docentes do Campus de Catalão), ligada à Andes, foi condenada a pagar multa para o Adufg Sindicato

Não é sindicato

A condenação foi feita Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região de Goiás. O juiz afirmou que o Adufg é o sindicato que representa os docentes da UFG, o que inclui a Regional Catalão

Novos pró-reitores

Os pró-reitores para a gestão 2018-2020 já foram definidos. As informações foram confirmadas pelo professor Edward Madureira

Quem são

Proad: Robson Maia Geraldine (EA)

Prograd: Flávia Aparecida (IPTSP)

PRPG: Laerte Guimarães (IESA)

PRPI: Jesiel Freitas (IF)

PROEC: Lucilene Maria de Sousa (FANUT)

Prodirh: Everton Wirbitzki da Silveira (Prodirh)

PROCOM: Maisa Muralha da Silva (PROCOM)

Novo Formato

A proposta da gestão é desmembrar a Prodirh e criar uma nova Pró-Reitoria, a de Gestão de Pessoas

Assuntos Estudantis

Ainda segundo o professor Edward, a PROCOM também vai passar por transformações. A começar pelo nome, que será Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Consulta em Catalão

A comunidade acadêmica de Catalão foi consultada para a escolha da nova diretoria da Regional no dia 29 de novembro.

Mais votada

Três chapas concorreram ao pleito. A Chapa 1 foi a mais votada, com 656 votos, do total de 1.611 válidos.

A candidata mais votada é a professora Roselma Lucchese. O vice é Cláudio Maia

Outras chapas

Hélida Alves e Adriana Neves (vice), da Chapa 2, receberam 312 votos.

A Chapa 3, de Marco Paulo Guimarães e Geraldo Dodoyama Leal, ficou em terceiro na consulta, com 320 votos.

O resultado da consulta será levada ao Consuni quando ocorrer a votação

Homofobia

Estudantes da EA fizeram protestos no dia 29 de novembro contra casos de homofobia que têm ocorrido na escola. As mensagens violentas estariam sendo postadas em rede social.

Denunciar é preciso

A universidade divulgou nota informando que a direção da EA, a reitoria e a Ouvidoria receberam denúncias sobre o caso da EA e um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) será aberto.

“A UFG reforça que repudia ações de assédio, homofobia e discriminação de qualquer tipo”, diz a nota.

POLÍCIA, O CAMPUS PRECISA DE POLÍCIA?

Mateus Ferreira da Silva é estudante de Ciências Sociais da UFG e participava manifestação de centrais sindicais no centro de Goiânia quando foi agredido pelo capitão da Polícia Militar de Goiás Augusto Sampaio, em abril de 2017.

Em resposta à onda de violência dentro da universidade, a UFG divulgou algumas propostas. Dentre elas estava uma atuação conjunta com a PM, incluindo patrulhamento e uma base fixa na Praça Universitária.

Mateus, que já sofreu a agressão policial, conversou com o JP sobre essa possibilidade. “Eu acho estranho [a possibilidade de ver] a PM no campus, porque junto com a PM vem toda a questão da opressão que eles colocam em todos os lugares. A gente entende que não é a melhor solução. Eles [administração da UFG] aproveitaram um fato lamentável que ocorreu, um estudante ter sido assassinado aqui dentro, pra colocar em prática um projeto que já existia. O que eu queria que estivesse acontecendo é um debate mais claro em torno da administração da UFG”, disse.



Fábio Alves



CARTA DAS LEITORAS

Mesmo de longe eu acompanho todas as movimentações [do sindicato]. Eu quero dizer que o jornal tem uma posição muito ética e correta. As matérias são muito sérias e de relevância. Vocês estão de parabéns!

Precisamos falar dessa crise nas universidades; da morte do estudante da Veterinária, onde minha neta estuda; a morte do reitor de Santa Catarina também foi um caso seríssimo. Isso tudo está muito próximo de nós, estamos vivendo essa realidade. Alguns professores me encontram e falam que adoraram o texto [matéria publicada sobre a professora nos meses de maio/junho], mas não entendem porque falei de Che Guevara.

Mindé Badauy, professora aposentada da FE e ex-presidente do Adufg Sindicato, em 1979 e em 1987

Acabo de ler as matérias [sobre estupro e assédio na UFG]. Gostei muito do trabalho do JP e da posição política que o texto assumiu. Obrigada pelo convite! Contem comigo.

Tatiana Machiavelli, professora do Curso de Psicologia da Regional Jataí

Jornal do Professor, obrigada pelo destaque na coluna Lançamentos sobre o meu livro “Ver - Ativo, o desenho como construção”. É um caderno que apresenta possibilidades para criar desenhos, uma proposta para a construção da sensibilidade e da criatividade. Acredito que através da construção constante de nossa sensibilidade que alcançaremos patamares mais elevados de nossa humanidade. “O homem cria, não apenas porque quer, ou porque gosta, e sim porque precisa; ele só pode crescer, enquanto ser humano, coerentemente, ordenando, dando forma, criando”, Fayga Ostrower. Estou sensibilizada e agradecida. Muito obrigada!

Heliana de Almeida, professora aposentada da FAV



Dos 9.493 atendimentos, 5.329 foram nas aulas de Pilates

Fotos: Charles Adryel

Espaço Saúde realiza quase 10 mil atendimentos

Atendimentos e oficinas promovem qualidade de vida aos docentes e seus familiares

Em 2017 os profissionais do Espaço Saúde realizaram 9.493 atendimentos. Foram 1.905 a mais que no ano anterior. Além dos serviços antigos, foram integradas novas modalidades. O Espaço Cultural, de Lazer e Saúde do Adufg Sindicato foi criado com o intuito de oferecer diversos serviços de prevenção e bem-estar.

Nesse ano, foram desenvolvidas cinco oficinas de nutrição sobre estilo de vida e alimentação saudável, que são aliados na prevenção de doenças como obesidade e hipertensão. Também foram abordados os riscos das dietas da moda e as diferenças entre fome física e emocional.

O Adufg Sindicato promoveu atividades especialmente para as mulheres, com a criação do *Projeto Saúde da Mulher*. Drenagem linfática, massagem relaxante e tratamento de incontinência urinária foram disponibilizados. Em um ano de criação do serviço, mais de 800 atendimentos já foram realizados.

No segundo semestre os professores escolheram dois novos serviços, que foram implementados em outubro. As aulas de Yoga ocorrem duas vezes por semana. Também foi criado o atendimento psicológico, voltado para análise comportamental. A Dança Circular foi outra escolha dos docentes, as aulas estão previstas para o primeiro semestre de 2018.

Os serviços de fonoaudiologia, nutrição e a Reeducação Postural Global (RPG) servem para prevenção e manutenção do bem-estar. O Espaço Saúde também oferece serviços que ajudam a manter o equilíbrio emocional.

O professor Urildo Alcântara (foto dir.) tem 84 anos e há dois frequenta o Espaço Saúde. As principais aulas que o professor faz são as de Pilates. “Eu comecei, depois precisei parar. Agora estou de volta. Desde que faço as aulas percebi que tenho mais elasticidade nos meus movimentos”, diz.

As atividades e aulas são abertas aos docentes filiados e seus dependentes. A diretora de Convênios e Assuntos Jurídicos do Adufg, professora Ana Christina Kratz, coordena o espaço. “Além de trazer benefícios a saúde, essas atividades reduzem o uso do plano de saúde pelos nossos sindicalizados”, afirma.



Prof. Urildo Alcântara (84) e faz aulas há dois anos. Ele conta que ganhou elasticidade nos movimentos

“ [As atividades] mantém a qualidade física, principalmente para pessoas que passam horas sentadas em frente ao computador. Também melhoram a hipertensão, a ansiedade e a depressão ”

Ana Christina Kratz,
diretora de Convênios e de Assuntos Jurídicos

Atendimentos em 2017*

Pilates	5.329
RPG	1.622
Nutrição	815
Fonoaudiologia	452
Saúde da Mulher	808
Psicologia	65
Yoga	46
Tai Chi Chuan	315
Oficinas de Nutrição	43

*Dados levantados em 16/11/2017

Atendimentos em 2016*

Pilates	4.867
RPG	1.6009
Nutrição	889
Fonoaudiologia**	202
Saúde da Mulher***	21

*OBS.: DADOS COLETADOS ATÉ O DIA 13/12/16

**SERVIÇO NÃO FOI OFERECIDO POR QUATRO MESES)

***ATENDIMENTOS REALIZADOS EM UMA SEMANA)

Sindicato protocola ações coletivas em 2017

Processos buscam indenização para docentes lesados durante o tempo de trabalho e durante licença para especializações

Quatro ações coletivas foram protocoladas pela assessoria jurídica do Adufg Sindicato no ano de 2017. Os pedidos são de indenização para professores por diferentes motivos. O primeiro é para o que se aposentaram sem ter utilizado as licenças-prêmio; outro se refere ao pagamento do valor do abono permanência incluso no adicional de férias: insere o valor da rubrica abono permanência na base de cálculo do pagamento do terço constitucional; a terceira ação propõe que a UFG pague as férias e o terço constitucional referentes ao período de afastamento para especialização.

A última ação coletiva protocolada esse ano solicita que a UFG considere separadamente os valores dos proventos, vencimentos e pensões. O objetivo é garantir que os docentes recebam os vencimentos de forma acumulada, além de não terem esses valores somados para incidência do abate-teto.

A pluralidade de interessados e de casos semelhantes é a principal característica das ações coletivas, feitas em nome de todos os professores lesados por um mesmo motivo. Mas para que seja realizada uma ação jurídica coletiva é necessário, primeiro, uma aprovação em assembleia geral.

A assessoria jurídica do Adufg Sindicato também oferece apoio aos docentes sindicalizados em ações individuais. Um dos casos mais comuns é o pagamento de valores atrasados pela universidade, mas sem o cálculo de correção. Assim, a medida judicial solicita a atualização e o pagamento desses valores com correção.

“Eu diria que o atendimento jurídico é a espinha dorsal de um sindicato. Um sindicato que não tem um jurídico bom não cumpre sua função básica de defender os interesses e os direitos dos professores. Esse auxílio é fundamental, tanto para atendimento individual quanto coletivo”, afirma a professora Ana Christina Kratz, diretora de Convênios e de Assuntos Jurídicos do Adufg.

Ações individuais

O professor Elismauro Francisco de Mendonça foi vice-diretor da Faculdade de Odontologia (FO) mas nunca recebeu a gratificação pelo cargo. Com o auxílio da assessoria jurídica, ele entrou com uma ação individual e recebeu os valores a que tinha direito.

Já o professor Romualdo Pessoa (Iesa) teve problemas em relação à progressão de carreira. No ano de 2004 ele solicitou mudança de Assistente 4 para Adjunto 1. Mas a UFG se negou, afirmou que era necessário titulação de doutor para essa progressão.

Após ação judicial, em 2017 o juiz considerou que não é necessário o título de doutor para ascender à classe de adjunto. Ou seja: desde 2004 ele deveria ser considerado adjunto 1 e assim sucessivamente.

Agora, o professor vai receber o valor referente às diferenças salariais dos cinco últimos anos. O processo ainda está pendente de recurso por parte da universidade. A ação interpelada pelo professor Romualdo também foi feita pelos advogados do sindicato.



Fábio Alves

Parte da equipe de advogados que atende os associados do Adufg: Elias Menta (esq.), Ivoneide Escher e Igor Escher (dir.)

Para 2018

Outras quatro ações coletivas serão protocoladas pela assessoria jurídica do Adufg Sindicato no próximo ano. Os temas foram aprovados em assembleia geral no dia 11 de dezembro:

- 1 Reposicionamento dos docentes aposentados na classe de associado, que foram prejudicados pela Lei nº 12.772/2012;
- 5 Reposicionamento de professores aposentados mestres ou doutores, para buscar reclassificação dos professores, devido à Lei nº 12.772/2012;
- 3 Estabelecimento do pagamento de adicional noturno para professores com dedicação exclusiva para todos os professores, bem como pagamento retroativo;
- 4 Equiparação de gratificação para chefes de unidade acadêmica especial e diretores de unidade acadêmica.

Ações atendidas

Licenças-prêmio indenizadas

Retroatividade das progressões e promoções da carreira

- Exercícios anteriores não pagos

Demais ações: acumulação de adicional de raio-X com insalubridade; abate-teto; promoção acelerada durante estágio probatório para docentes que vieram de outro cargo em IFES

Atendimentos

Sede administrativa, em Goiânia
 Segunda-feira: 8h às 11h30
 Quinta-feira: 13h30 às 17h
 Sexta-feira: 8h às 11h30
 Agendamento: (62) 3202-1280

Escritório de advocacia
 (Terças e quartas-feiras: 8h às 12h)
 Agendamento: (62) 3274-4851

Subsede de Catalão
 (Atendimento pré-agendado)
 Agendamento: (64) 3411-4217

Subsede de Jataí
 (atendimento pré-agendado)
 Agendamento: (64) 3631-8363

Docentes expõem evolução

VII Exposição de Arte e Artesanato dos Professores Aposentados da UFG reuniu pinturas, fotografias, esculturas, bordados e outras obras

Fotos: Fábio Alves

A VII Exposição de Arte e Artesanato dos Professores Aposentados da UFG reuniu trabalhos de docentes já renomados na arte e trabalhos de docentes que estão em evolução no processo criativo. Pinturas, fotografias, esculturas, bordados e outras obras puderam ser vistas no Espaço de Saúde, Cultura e Lazer do Adufg Sindicato no final de novembro.

O curador da mostra foi o artista plástico e professor de pintura Alexandre Liah (foto 1), responsável há dois anos por ministrar aulas para o Grupo Travessia – que organiza a exposição. “A proposta foi apresentar a evolução dos participantes. Busquei estruturar a mostra de forma que as obras conversassem umas com as outras. Há um sentido, uma linearidade no planejamento e na organização do trabalho”, afirma Liah.

A opinião do curador é compartilhada pela professora Elisene Bonach, tradicional expositora de bordados. “Superação é, de fato, a palavra que melhor se encaixa para essa exposição. É um prazer muito grande ver que o pessoal vem aqui e gosta do nosso trabalho. Quem começa a produzir sua arte não quer parar”, comenta.

A professora aposentada Jane Sarques (foto 2), coordenadora do Travessia, conta que “a exposição anual de arte e artesanato ajuda a reforçar as ideias principais do Grupo Travessia, que é reunir os docentes aposentados da UFG, vivenciar momentos de prazer, lazer e alegria juntos, fortalecer velhos laços de amizades e criar novos”.

Aposentados e ativos

Além de produtos à venda, houve um desfile de moda infantil com vestidos bordados artesanais e a primeira apresentação do Coral Infantil do Adufg, logo após o Coral Vozes. A Exposição de Arte e Artesanato dos professores aposentados da UFG é tradição anual desde a criação do Grupo Travessia, em 2010.

De acordo com a professora Nancy Esperança (foto 7), a responsável pela organização dos artesanatos para a VII Exposição, o número de expositores e a variedade de produtos aumentam a cada ano. “É a grande oportunidade para os professores aposentados demonstrarem que continuam ativos. Este ano, por exemplo, expusemos um tear de forma inédita: um sofisticado bordado de ponto livre. Agora temos dois grupos de bordados do Adufg participando conosco, um mais avançado e outro de principiantes”, explica.

“Pelo perfil do Travessia, a exposição está focada no grupo dos professores que tem a arte como atividade ou hobby depois de aposentarem. Mas também há professores que ainda estão na ativa e produzem arte. Para o próximo ano a ideia é agregá-los juntamente aos aposentados”, explica o diretor Promoções Sociais, Culturais e Científicas do Adufg, professor Daniel Christino (foto 5).



Reserva protege fauna e flora da Sede Campestre

A Sede Campestre do Adufg Sindicato foi transformada em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) oficialmente no dia 30 de novembro, depois da publicação no Diário Oficial de Goiás. A transformação garante que o espaço seja um santuário da fauna e da flora goianas, além de dar abertura para a prática do ecoturismo e de ser espaço para pesquisa e visitação de estudantes de escolas e universidades. A deliberação de transformar o local em RPPN foi aprovada em assembleia, em 19 de junho, e reconhecida pela Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima) na Portaria 279/2017.

A iniciativa partiu da necessidade de preservar a natureza. A transformação em reserva impede judicialmente o desmatamento da região ou qualquer tipo de ataque ao meio ambiente. Segundo o documento oficial, quem infringir essa decisão está sujeito a medidas desde multas e prestação de serviços comunitários até a proibição de receber incentivos fiscais e de participar de licitações, dentre outras. O professor Leandro Gonçalves (ICB), coordenador do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente do Adufg Sindicato, ressaltou a relevância dessa medida para os professores e a sociedade em geral. “A RPPN da Sede Campestre é um legado nosso para a humanidade. Aqueles que se preocupam com o meio ambiente têm consciência de que essa é uma ação importantíssima do Adufg”.

Fotos: Charles Adryel e Fábio Alves



Advogados entregam documento que oficializa a RPPN à diretoria do Adufg

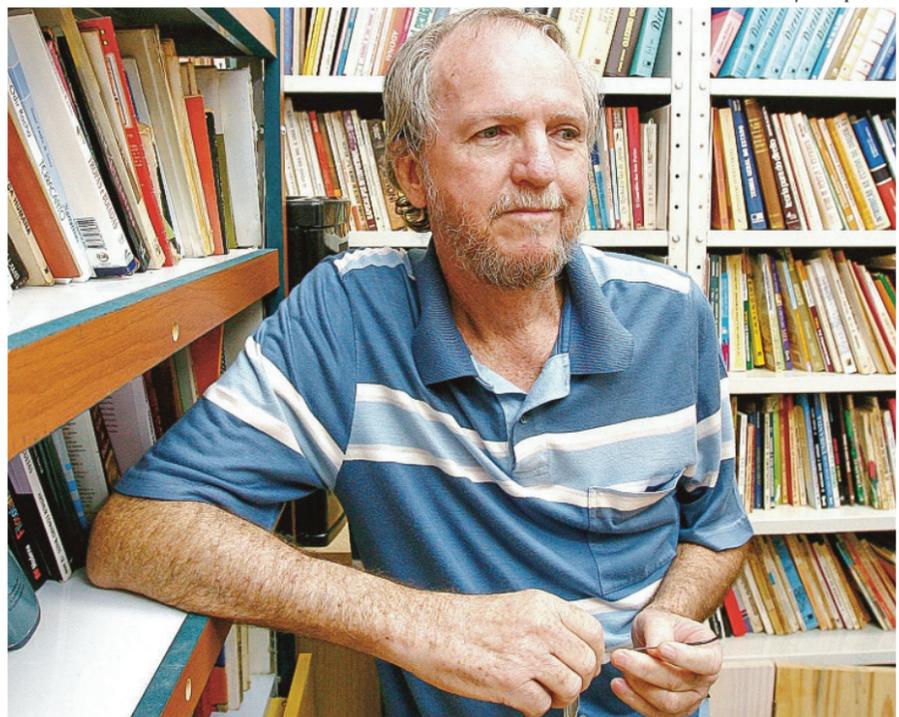
Adeus a Zorzetti

Professor, escritor e teatrólogo, Hugo Zorzetti foi um dos idealizadores e fundadores do curso de Artes Cênicas da UFG. Ele também foi o fundador do Teatro Exercício na década de 1970. No dia cinco de dezembro o professor faleceu em Goiânia. Amigos, colegas, alunos e admiradores prestaram diversas homenagens ao docente.

“Dramaturgo, diretor de teatro, professor, homem brilhante, artista genial, amigo queridíssimo! Se hoje existe curso superior de Artes Cênicas na UFG devemos a este homem, pessoa simples e competantíssima, senso de humor e crítica aguçados. Hoje, ao mesmo tempo em que choramos sua perda, também celebramos sua vida e o rastro luminoso que deixou atrás de si. Ave, César! Saudades”, escreveu a professora Gilka Martins (Emac), em uma rede social.

“A cultura goianiense perdeu um dos seus grandes representantes. Hugo Zorzetti: ator, diretor e escritor e, sobretudo, um ser humano notável. Professor do antigo Instituto de Artes, hoje Escola de Música e Artes Cênicas da UFG, foi um dos idealizadores do curso de Artes Cênicas. A Emac expressa à família e aos amigos nossos sentimentos, nos irmanando nesse momento de dor”, comunicou a Emac.

Wildes Barbosa / O Popular



O professor fundou o Teatro Exercício e o curso de Artes Cênicas, da UFG

Caso Cancellier se repete

O suicídio do professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, no dia quatro de outubro, entrou para os dados epidemiológicos do Ministério da Saúde como morte provocada por abalo emocional resultante de assédio moral insuportável. O JP publicou matéria sobre o assunto na edição 42.

Médica do trabalho do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Edna Maria Niero atestou que o *nexo causal* da morte do reitor foi sofrimento no trabalho. “Quando foi violentamente alijado do local onde atuava no auge da sua gestão, o reitor foi também arrancado de sua própria vida”, disse ao site Jornalistas Livres.

Logo após a morte de Cancellier completar dois meses, a Polícia Federal (PF) de Minas Gerais deflagrou a operação *Esperança Equilibrada*, que investiga um suposto desvio de recursos destinados à construção e implantação do

Memorial da Anistia Política do Brasil, financiado pelo Ministério da Justiça e executado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O reitor da UFMG, Jaime Arturo Ramirez, e a vice-reitora, Sandra Regina Goulart Almeida, foram conduzidos coercitivamente para depor, além do presidente da Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa (Fundep), Alfredo Gontijo de Oliveira. “É notória a ilegalidade da medida, que repete práticas de um Estado policial, como se passou com a prisão injustificada do Reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo (...). Apenas o desprezo pela lei e a intenção política de calar as Universidades, lócus do pensamento crítico e da promoção da cidadania, podem justificar a opção de conduzir coercitivamente, no lugar de simplesmente intimar para prestar as informações eventualmente necessárias”, disse em nota à Andifes.

Gestão 2017-2019 prestação

A 19ª diretoria do Adufg Sindicato foi eleita em maio de 2017 com 751 votos válidos. À época, um dos principais desafios da chapa eleita era manter as conquistas realizadas nos anos anteriores e ampliá-las, incluindo a infraestrutura e os serviços oferecidos aos docentes. À época, o presidente reeleito, professor Flávio Alves da Silva, afirmou em entrevista ao JP sua



Luta sindical

As políticas de fortalecimento do sindicato e a luta da carreira docente foram alguns dos focos durante 2017. Para o próximo ano, o objetivo é continuar na busca por novos laços e estreitar antigas relações com outros sindicatos de servidores federais do Estado de Goiás para unificar pautas.

Para aumentar a atuação e reivindicar a garantia de condições de trabalho aos servidores públicos o Adufg se uniu a frentes e fóruns nacionais e estaduais e movimentos sociais. Participou da Frente dos Servidores Federais (FSF-GO); teve representação ativa no Fórum Estadual de Educação, que realiza a Conferência Nacional Popular de Educação (Conape) em Goiás; participou do Grupo de Trabalho (GT) Educação do Proifes-Federação, que em 2017 debateu e encaminhou discussões sobre a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), o Sistema Nacional de Educação e a realização da Conape 2018; do GT Direitos Humanos: Raça/Etnicidade, Gênero, Sexualidade, também da Federação; e do Seminário Concepções e Modelos de Universidade Pública Estatal, na Adufepe.

As ações contra as medidas de desmonte das carreiras de estado foram manifestações, como as Greve Geral de maio; e campanhas publicitárias massivas que circularam em redes sociais, faixas e outdoors espalhados por Goiânia.

Os diretores do Adufg e outros docentes da universidade também fizeram visitas a gabinetes de vereadores e deputados goianos, bem como a senadores e deputados federais para negociar sobre as medidas do governo.

Para a maior conscientização sobre a Reforma da Previdência foi organizado um Ciclo de Debates, com a presença do presidente do Proifes, professor Eduardo Rolim (UFRGRS), e professor Ênio Pontes (UFCE). O evento ocorreu tanto na capital goiana como em Catalão.

Leia mais sobre a luta sindical de 2017 na página 12

Saúde, Cultura e Lazer

O Espaço de Saúde, Cultura e Lazer do Adufg Sindicato agrega atividades das três áreas, focando na qualidade de vida dos sindicalizados e suas famílias. O Espaço Saúde, que é parte dele, foi criado para atuar na prevenção de saúde.

As novidades desse ano foram o atendimento à mulher, voltado para a melhoria da qualidade de vida das trabalhadoras e das aposentadas ligadas ao sindicato. Também foi criado o *Projeto + Saúde*, que teve início com oficinas sobre câncer de mama e de próstata, além de sexualidade.

Para o próximo ano serão elaboradas campanhas e palestras prolongadas sobre prevenção: imunização, doação de sangue e saúde gastrointestinal são os temas previstos. Além de novas modalidades, como a Dança Circular:

“Priorizar eventos socioculturais, ampliar serviços e viabilizar o fortalecimento das atividades e projetos culturais é parte do nosso planejamento para 2018”, afirma o professor Daniel Cristino, diretor de Promoções Sociais, Culturais e Científicas.

Nesse primeiro período de gestão, grupos e eventos já consolidados na história do sindicato foram mantidos e aprimorados. Mas o intuito é ampliar debates e palestras que envolvam toda a comunidade.

Temas para palestras e debates em 2018:

- *Concepções de universidade a carreira do magistério superior;*
- *A não discriminação de gênero;*
- *Relações étnico-raciais;*
- *Mulher, política e poder;*
- *Direitos humanos e*
- *Raça/etnicidade*

Preservação ambiental

O projeto de transformação da Sede Campeste em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) foi oficializado. Em novembro de 2017 a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima) publicou no Diário Oficial a portaria 279/2017, que cria a reserva. Agora, a preservação do local está garantida, bem como a possibilidade de ações de ensino e pesquisa sobre meio ambiente. Leia mais sobre a RPPN na página 9

Convênios

Descontos aos sindicalizados em serviços diários por meio de parcerias com profissionais da saúde, da beleza, escolas e cursinhos, postos de combustíveis, hotéis, assessorias e outros.

de contas e novas propostas

preocupação com a falta de engajamento político dos docentes na luta pelos próprios direitos. Ao final deste ano, o esvaziamento das assembleias continua sendo realidade e a participação de professores da UFG em atos e manifestações ainda é fraca, apesar de todas as reformas e medidas provisórias propostas e aprovadas pelo atual governo.

Fotos: Charles Adryel, Fábio Alves e Kalyne Menezes



Aposentados

Os professores aposentados têm atuação importantíssima na vida e na dinâmica do Adufg. No próximo ano serão intensificadas as ações de integração e os trabalhos de mobilização desse público. “É nosso interesse explorar cada vez mais os saberes e competências dos docentes aposentados no fortalecimento e consolidação do sindicato”, explica o professor Abraão Garcia, diretor de Assuntos de Aposentados e Pensionistas.

Uma das propostas é a criação de um GT para discussão das demandas, além do aprimoramento da divulgação das atividades desenvolvidas.

Conheça uma das atividades na página 8

Na UFG

Internamente, na universidade, os diretores do sindicato estiveram presentes em comissões sobre segurança e condições de trabalho; realizaram visitas a gestores das unidades e faculdades; participaram da formação da Comissão Sindical de Jataí; focaram no aumento da articulação intersindical e nas atividades do sindicato nas regionais.

“Formar as Comissões Sindicais das Regionais Catalão e Goiás e estruturar o sindicato nas regionais e nas novas universidades federais estão entre os projetos para o próximo ano”, explica o diretor para assuntos interinstitucionais, professor Luis Contim, da Regional Jataí.

Campanhas contra as medidas do governo em 2017

Reforma da Previdência, que retira e reduz os direitos de todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros e brasileiras que contribuem com a previdência social. Atualmente, a proposta é para aprovação de uma Reforma Mínima

Medida Provisória 805/2017 - adia a reestruturação de carreira dos docentes e propõe o aumento da alíquota de contribuição previdenciária dos Servidores Públicos Federais de 11% para 14%. O reajuste foi negociado em 2015 com o Governo Federal e consolidado por meio da Lei 13.325/2016. A lei foi sancionada pelo presidente Michel Temer, mas a proposta é de revogação dos pagamentos

Medida Provisória 792/2017 - cria o Programa de Demissão Voluntária (PDV) para servidores públicos federais

Projeto de Lei do Senado (PLS) 116/2017- cria regras para a demissão de servidores públicos com a justificativa de insuficiência de desempenho

Atividades Jurídicas

Em 2017 foram protocoladas quatro ações coletivas e diversas individuais. Para 2018 é prevista a ampliação da capacidade de atendimentos e de ações protocoladas pela equipe do sindicato, com o intuito de atender cada vez mais sindicalizados. Leia mais sobre as atividades da assessoria jurídica na página 7

Administração interna

Maior transparência dos gastos e investimentos realizados e aumento da eficiência na execução dos processos marcaram o segundo semestre de 2017. Para o próximo ano, o intuito é aumentar a integração entre os departamentos do sindicato e implementar um Business Intelligence (BI) para facilitar a obtenção de indicadores e métricas da gestão.



Adufg se empenha na luta por direitos

Congelamento de gastos pelos próximos 20 anos; Reforma da Previdência; cortes nos orçamentos das Ifes; fim da estabilidade de servidores; demissão voluntária; e reajuste salarial adiado estão entre as medidas do atual governo, já efetuadas ou propostas, durante 2017. O Adufg Sindicato não tem medido esforços para lutar pela manutenção de direitos dos docentes e demais servidores públicos federais

O ano de 2017 foi repleto de ações políticas por parte dos movimentos sociais, sindicais e estudantis, que se organizaram em reação à ofensiva do Governo Federal contra direitos históricos conquistados pela luta dos trabalhadores, como a previdência pública e a CLT. Os funcionários públicos, assim como todo o conjunto da classe trabalhadora, não foram poupados de reformas, medidas e alterações em leis feitas com o objetivo de retirar garantias laborais.

A Medida Provisória 805/2017, por exemplo, suspende os reajustes salariais de todas as categorias de servidores federais acordados em 2016. O Projeto de Lei do Senado 116/2017 permite a de-

missão do servidor por “insuficiência de desempenho”. Enquanto isso, o Ministério do Planejamento já fala abertamente que tem sido elaborada uma reestruturação das carreiras do setor público. O objetivo é igualar os vencimentos iniciais de todas as categorias em R\$ 5 mil, além de estabelecer 30 níveis de progressão para cada carreira.

Na educação, o contingenciamento de recursos para universidades e institutos federais continuou. O funcionamento foi asfixiado e as instituições se endividaram. O Fórum Nacional de Educação era um espaço livre, aberto e democrático de participação de coletivos, sindicatos, associações e movimentos sociais

em defesa da educação brasileira. Ele foi dissolvido pelo governo. Em resposta, as entidades que faziam parte do Fórum criaram a Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), da qual o Adufg Sindicato participa.

Para unificar e articular a resistência, foi elaborado, também, o Fórum Goiano contra as Reformas Trabalhista e da Previdência, que congrega todos os movimentos em luta contra as medidas do governo. Por outro lado, os servidores federais criaram uma organização própria, a Frente dos Servidores Federais em Goiás (FSF – GO), com enfoque nas lutas contra a retirada de direitos das categorias dos funcionários vinculados à União.

Algumas ações em defesa dos professores e da sociedade em 2017, com participação do Adufg Sindicato



Reformas — atacam direitos dos docentes



Professores Flávio e Eduardo durante o XIII Encontro Nacional Proifes Federação, que ocorreu em julho em Porto Alegre

Os professores Flávio Alves da Silva, presidente do Adufg Sindicato e vice-presidente do Proifes-Federação, e Eduardo Rolim, presidente do Proifes-Federação, falam ao JP dos desafios do movimento sindical para o próximo ano

FLÁVIO ALVES DA SILVA

Jornal do Professor: Como você analisa politicamente o ano de 2017 para os servidores públicos federais e para as Ifes?

Flávio Alves da Silva: O ano de 2017 entra para a história como um dos piores anos para os servidores públicos federais e para as universidades federais. O governo tem tentado fazer várias reformas que atacam servidores, por entender que a classe tem certos privilégios - o que não é verdade. Uma das medidas mais graves é a Reforma da Previdência, que só não foi aprovada ainda porque é muito impopular. O governo apresentou outras reformas, como a que prevê o fim da estabilidade e o projeto para a demissão voluntária. As universidades também têm sofrido durante esse ano, com o corte de recursos que só agora, no final de 2017, estão sendo repassados. As construções e obras de muitos prédios foram paradas. E nem falamos da pesquisa, que está em situação precária em todo o país. É preocupante, para não dizer calamitoso.

JP: Quais as perspectivas para a vida docente e das universidades federais em 2018? A pesquisa nas Ifes está ameaçada?

Flávio: A perspectiva para 2018 é continuar lutando para não perdermos mais direitos. Professores precisam estar mobilizados. Espero que os docentes participem da luta e percebam que seus direitos estão sendo atacados. E nas Ifes é a mesma coisa: elas estão ameaçadas, a pesquisa está ameaçada. O orçamento para 2018 é o pior orçamento proposto para a ciência nos últimos 30 anos. É uma situação vexatória. Um país com os recursos do Brasil, que deixa de investir em ciência, anda para trás. Esse governo não entende que os investimentos em pesquisa darão retorno. Nossa grande esperança é mudar esse congresso nas eleições do próximo ano.

JP: Como avalia a mobilização e o envolvimento dos docentes da UFG frente ao cenário político para os trabalhadores e para a universidade pública?

Flávio: A mobilização dos docentes e o envolvimento deles ante às reformas foi muito pequena durante esse ano. Poucos se mobilizaram, a maioria pelas redes sociais; mas fisicamente foram poucos presentes. Os professores precisam compreender que as decisões desse governo vão afetar o futuro deles, a aposentadoria, a vida mesmo. Os ganhos salariais estão só diminuindo, principalmente com a Emenda Constitucional 55, que congela os investimentos públicos em 20 anos. E, mesmo assim, os docentes “meio que” passam o papel de fazer essa luta apenas para os diretores do sindicato. Ou seja: passam para dez o trabalho que deveria ser feito por três mil pessoas. Sozinhos, nós diretores, não conseguimos fazer essa luta. Como sindicalista, eu fico chateado com essa situação, pois a base tem que apoiar a luta e fazer o enfrentamento.

EDUARDO ROLIM

Jornal do Professor: Com tantas emendas e alterações de leis, quais são as ameaças aos direitos dos docentes das Ifes?

Eduardo Rolim: São basicamente três. A Medida Provisória 805, que adia a reestruturação de carreira e aumenta a alíquota previdenciária; a própria Reforma da Previdência, sobre a qual a gente não sabe exatamente o que vai acontecer - a princípio o governo parece não ter voto, mas sabe-se lá; e outras medidas que envolvem o corte de verbas e o financiamento de pesquisa. Esse ano foi turbulento, porque não houve negociação salarial e nós não temos reajuste salarial previsto para o ano de 2018. A reestruturação salarial cuja parcela aconteceria em agosto do ano que vem está adiada.

JP: Quais estratégias em andamento e qual o planejamento do Proifes-Federação para a manutenção dos direitos dos professores das Ifes?

Eduardo: Hoje, basicamente, a ideia é resistir. Nós e o conjunto do movimento sindical, principalmente dos servidores, temos uma estratégia de resistência contra a MP 805 e a Reforma da Previdência. Nós tivemos ações no Congresso Nacional durante o mês de novembro inteiro. E seguimos com a estratégia até o recesso parlamentar.

O ano que vem será de muita mobilização, porque é um ano eleitoral, em que é possível essa estratégia ter efeito, principalmente no congresso. Em todo o movimento sindical temos tido pouco movimento de rua. Temos percebido que vários fatores podem explicar isso: o cansaço em função do golpe de estado de 2016; e outros deles é que, evidentemente, as pessoas têm muita expectativa sobre o que possa vir ou não no próximo ano.

JP: Qual a perspectiva para a pesquisa dentro das universidades públicas do Brasil frente ao corte de investimento e à política praticada pelo atual governo?

Eduardo: Esse governo, na realidade, é criminoso. Ele ataca os setores mais importantes para o futuro da nação: a educação, a saúde, a segurança. Ele busca diminuir o serviço público para privatizar o maior número de setores. E a estratégia de luta é a mesma: a resistência. Temos tentado denunciar o governo o tempo todo sobre essa tentativa de desmonte, além de outras questões que estão sendo colocadas como o projeto de demissão por insuficiência de desempenho, a terceirização e a reforma trabalhista. E, obviamente, a redução de verbas para a universidade. Além das questões específicas de verbas pra ciência e tecnologia, são cortes graves e situações que precisam de muita mobilização para reverter. É muito grave tudo o que está acontecendo.

Diversidades do jornalismo contemporâneo



O lançamento do livro ocorreu em 29 de novembro na FIC

Professores e alunos da FIC reúnem pesquisas das mais diversas áreas do Jornalismo em coletânea

Desde 2010 professores e professoras do Curso de Jornalismo da FIC têm produzido obras sobre a pesquisa e a interdisciplinaridade na área. A quinta edição da *Coletânea Estudos Contemporâneos em Jornalismo* traz dados e pesquisas desenvolvidos pelos docentes para os alunos. São abordadas diversas disciplinas do curso, desde o jornalismo investigativo e empoderamento feminino até o jornalismo internacional.

“O principal objetivo é mostrar a pesquisa dentro do curso de jornalismo”, afirma o professor Juarez Ferraz de Maia, um dos organizadores da obra. A produção da coletânea é anual e, segundo ele, retrata

a diversidade das pesquisas, que permeiam as várias áreas do jornalismo. O livro também reflete o momento político pelo qual o país tem passado e o papel da pesquisa e da comunicação nesse aspecto.

O livro já foi reconhecido pela Capes e recebeu classificação L2. “Era início de outubro. Na FIC recebíamos com entusiasmo a notícia de que o livro havia, finalmente e conforme nossos esforços, recebido a qualificação da Capes. (...) O intuito é que cheguemos, com o passar do tempo, à qualificação L4, a maior na ‘categoria livros’”, afirma a professora Luana Borges no texto de abertura da orelha de *Estudos Contemporâneos*.

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS E JORNALISMO – Coletânea 5

Organização: Juarez Ferraz de Maia, Luana Silva Borges, Salvo Juliano Peixoto Farias / Editora UFG / 285 páginas

MUIRAQUITÃ

Felipe Alves Ferreira Barbosa, Esther Faria Rodrigues e Mariana Diniz Ribeiro / Editora UFG / 176 páginas

A obra utiliza personagens da cultura brasileira de forma fantasiosa para mostrar denúncias reais de crimes que aconteceram durante o período ditatorial brasileiro, que permanecem acobertadas. É resultado de pesquisa realizada pela Companhia Artimanha com a Subcomissão da Verdade do Triângulo Mineiro.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E PROPRIEDADE INTELECTUAL: NOÇÕES BÁSICAS DE UM MOVIMENTO EM TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL

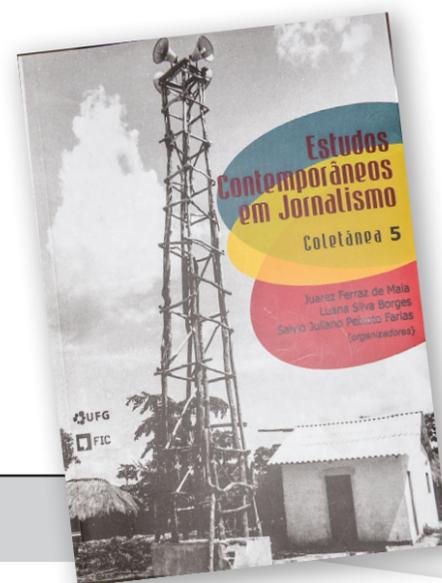
André Vasconcelos da Silva, Gustavo Alberto Silva Coutinho e Alexandre Veronese / Editora Espaço Acadêmico

O livro trata das constantes e aceleradas mudanças tecnológicas, que funcionam como ferramentas para o desenvolvimento global. Essas transformações envolvem pesquisas básicas e aplicadas.

TERCEIRIZAÇÃO: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS E SUA APLICAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

André Vasconcelos da Silva e Marcus Vinícius Moreira Castro Silva / Editora Espaço Acadêmico

Os autores abordam a terceirização no contexto de tramitação no Parlamento Brasileiro, que pode modificar as relações trabalhistas. Segundo eles, o material se justifica pelas transformações na legislação e nas adequações das estruturas organizacionais das instituições públicas.





A tradicional festa de final de ano do Adufg Sindicato neste ano foi um Baile Mexicano. Docentes, familiares e amigos se deliciaram com um cardápio de pratos típicos da culinária do país. A decoração da festa e das recepcionistas também teve enfoque na cultura do México. A banda Joy embalou a noite, principalmente com ritmos brasileiros de rock dos anos 1980 e 1990. Mas a noite não parou por aí: o DJ da banda tocou até altas horas da madrugada. O evento ocorreu no Master Hall no dia 08 de dezembro.



Para mais fotos acesse www.adufg.org.br



Fábio Alves

Inspiração para ensinar

Na gestão do IPTSP, a professora Adelair Helena dos Santos relembra a escola improvisada na varanda de casa e o incentivo dos pais

No terceiro piso do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP), em sua sala, a professora Adelair Helena dos Santos relembra ao JP o idealismo do pai. A vontade seu Limírio Bento em ver os filhos formados impulsionou a professora a enfrentar as dificuldades de sair da zona rural de uma cidadezinha para estudar em Goiânia e, em 1989, se formar em Farmácia.

Adelair fez mestrado e doutorado na UFG e desde 1996 é professora do IPTSP. Todo o esforço dos pais inspirou a profissão que hoje desempenha: a de professora. “Se me perguntar o que faz meus olhos brilharem, com certeza uma [das coisas] é ser professora e trabalhar no IPTSP”, diz em meio a papéis que vão chegando aos poucos das mãos de alunos e funcionários.

Seu Limírio Bento queria que os filhos tivessem a educação escolar que lhe faltou. No interior de Goiás, em Pontalina, em tempos em que o ensino era privilégio, o trabalhador rural foi um visionário. Entusiasmado, acompanhou o empenho da esposa, Helena Emília, em dar aulas na varanda casa para os próprios filhos e para meninos e meninas que moravam nas proximidades. O espaço ficou pequeno para tanta criança. Se

não existia uma escola, ele tratou de construir.

Um terreno doado por um fazendeiro foi usado para a primeira escola da região, um rancho feito de palha e madeira. A professora Maria de Lurdes foi contratada pelos pais dos alunos e dava aula das 11h às 16h para crianças de toda idade. Alguns anos depois, um pedido de pai de Adelair a políticos de Goiânia deu origem à Escola Rural Rui Barbosa. Essa luta pela educação teve apenas bons frutos: dos sete filhos de seu Limírio e dona Helena, seis concluíram o ensino superior em universidades.

Para a professora Adelair, a alegria está em fazer o que dá prazer, “o que faz os olhos brilharem”, repete. Ao lembrar da família, os olhos de Adelair sempre brilham. O único irmão que seguiu a vida no campo é de quem tem mais saudade.

Ademir faleceu muito jovem, aos 32 anos. Era atencioso, companheiro. Falar nele aperta o coração de Adelair.

Quando tem um tempinho de folga da dedicação à UFG, sempre que possível a professora vai com os filhos Thályta e Theylor, e do companheiro Agenor, para as terras em que morou com os pais. “Gosto muito desse contato, do campo. Relembro a vida”.

“ Se me perguntar o que faz meus olhos brilharem, com certeza uma [das coisas] é ser professora e trabalhar no IPTSP ”

Adelair Helena

50 anos de IPTSP

A professora Adelair Helena se prepara para deixar a vice-direção do IPTSP nos próximos dias, após quatro anos no cargo. No dia de nossa conversa, Adelair estava animada por ter participado da organização para comemorar os 50 anos do Instituto. “Tivemos que resolver muitas coisas nas últimas horas, mas os eventos comemorativos e a festa foram um sucesso. Amigos, professores, funcionários, gente que estava sumida. Foi muito bom reunir todo mundo”, relembra com sorriso.

Numa das ações, alunos, professores e funcionários deixaram objetos e cartas em uma cápsula do tempo, que em dez anos ela será aberta. “Eu quero estar aqui daqui a dez anos para ver essa cápsula. Mas tenho dito: daqui a dez anos o IPTSP terá avançado mais do que nos últimos 50”, diz. A história de Adelair com o instituto começou ainda nas aulas de graduação, no prédio antigo, em 1987. Em 1989, na nova construção, “pensávamos que esse tanto de sala e o prédio nunca seria ocupados totalmente. E veja só como está hoje! Atendemos 13 cursos aqui. É gente entrando e saindo o tempo todo”, analisa em meio a uma ou outra interrupção de alunos ou funcionários em sua sala.